

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
I. DIREITO CONSTITUCIONAL E TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	19
1. Considerações preliminares.....	19
2. Direito constitucional	19
2.1 O direito constitucional positivo	21
2.2 A teoria da Constituição.....	21
II. O FENÔMENO CONSTITUCIONAL.....	25
1. Considerações iniciais	25
2. Algumas abordagens do fenômeno constitucional.....	26
2.1 Constituição em sentido institucional	26
2.2 A Constituição segundo o positivismo jurídico.....	28
2.3 A concepção do fenômeno constitucional segundo o sociolo- gismo jurídico.....	30
2.4 Carl Schmitt e o sentido político de Constituição.....	33
2.4.1 As leis constitucionais.....	33
2.4.2 A Constituição	33
3. Classificação das constituições	35
3.1 Quanto à forma: escritas e costumeiras	35
3.1.1 Constituições codificadas e constituições legais	38
3.2 Quanto à origem: constituições promulgadas e outorgadas	39
3.3 Quanto à estabilidade: constituições rígidas e flexíveis	40
3.4 Quanto à extensão e finalidade: constituições analíticas e sin- téticas.....	42
3.5 Constituições liberais e sociais	43
4. A utopia constitucional	44
5. Mecanismos de defesa da Constituição.....	45
III. NOTAS SOBRE A ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DO FENÔMENO CONSTITUCIONAL	47
1. Introdução	47
2. O liberalismo	47
2.1 O núcleo moral do liberalismo	49

2.2	O núcleo econômico do liberalismo.....	49
2.3	O núcleo político do liberalismo	50
3.	A liberdade	50
3.1	Liberdade negativa	50
3.2	Liberdade positiva	52
4.	Do liberalismo ao Estado de direito	53
4.1	O Estado liberal de direito.....	53
4.2	O Estado social de direito	54
4.3	O Estado Democrático de Direito	56

IV. MARCOS HISTÓRICOS DO CONSTITUCIONALISMO: AS EXPERIÊNCIAS CONSTITUCIONAIS CLÁSSICAS

1.	Introdução	59
2.	O constitucionalismo sob a perspectiva histórica.....	60
2.1	As experiências clássicas	61
3.	A experiência constitucional inglesa.....	62
3.1	Introdução	62
3.2	A Magna Carta.....	62
3.3	A soberania do parlamento	65
3.4	<i>Petition of right</i>	66
3.5	A revolução puritana.....	68
3.6	<i>Habeas corpus Act</i>	69
3.7	<i>Bill of Rights</i>	70
3.8	<i>Act of Settlement</i>	72
4.	O constitucionalismo norte-americano	72
4.1	Fatores ideológicos	73
4.2	Fatores políticos e econômicos	75
4.3	Contribuições do constitucionalismo norte-americano.....	77
4.3.1	A constituição escrita	77
4.3.2	O controle judicial das atividades estatais	78
4.3.3	O federalismo – <i>E pluribus unum</i>	79
4.3.4	Os direitos fundamentais.....	79
4.3.5	A separação de poderes	80
4.3.6	O sistema presidencial	80
5.	O constitucionalismo francês.....	80
5.1	Introdução	80
5.2	Fatores deflagradores da revolução	82



5.2.1	Os fatores ideológicos	82
5.2.2	Fatores econômicos	83
5.2.3	Fatores sociais	85
5.3	As quatro fases da Revolução	86
5.3.1	A Revolução aristocrática: 1787-1789	87
5.3.2	A Revolução burguesa: 1789-1799	87
5.3.3	A Revolução camponesa: 1789-1793	92
5.3.4	A Revolução do proletariado urbano: 1794-1799	93
5.4	Contribuições da experiência revolucionária francesa	94

V.	UMA ABORDAGEM HISTÓRICA DO CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO	97
1.	A Constituição de 1824	97
2.	A primeira Constituição republicana – 1891	101
3.	A Constituição de 1934	103
4.	A Constituição de 1937	108
5.	A Constituição de 1946	110
6.	A Constituição de 1967	112
7.	A Constituição de 1988	116
7.1	Inovações introduzidas pela Constituição de 1988	118
7.2	As transformações da Carta Constitucional de 1988	120
7.3	Os ciclos de reforma da Constituição de 1988	120
7.3.1	O primeiro ciclo	120
7.3.2	O segundo ciclo	121
7.3.3	O terceiro ciclo	122
VI.	O PODER CONSTITUINTE	123
1.	Considerações introdutórias	123
2.	Manifestações do poder constituinte	124
2.1	Poder constituinte material	124
2.2	Poder constituinte formal	125
3.	Titularidade do poder constituinte	125
3.1	As doutrinas teocráticas	125
3.2	As doutrinas democráticas	126
3.2.1	A doutrina da soberania nacional	126
3.2.2	A doutrina da soberania popular	127
3.3	Algumas considerações necessárias	128
4.	Natureza do poder constituinte	129



4.1	A defesa da natureza jurídica do poder constituinte	129
4.2	A defesa da natureza extrajurídica do poder constituinte	130
5.	Limites à ação do poder constituinte	131
5.1	Limites jurídicos	131
5.2	Limites extrajurídicos	131
6.	A legitimidade do poder constituinte	132
7.	Características do poder constituinte	133
7.1	Inicialidade	133
7.2	Incondicionamento jurídico	133
7.3	Permanência	133
8.	O exercício do poder constituinte	134
8.1	A iniciativa constituinte	134
8.1.1	A revolução	134
8.1.2	A transição constitucional	135
8.2	O período preparatório	135
8.3	O exercício do poder constituinte formal	136
8.3.1	O modelo autocrático	136
8.3.2	O modelo democrático	136
8.3.2.1	A assembléia constituinte	136

VII. TRANSFORMAÇÕES DA CONSTITUIÇÃO

1.	Introdução	139
2.	O poder reformador	140
2.1	A natureza jurídica do poder reformador	140
2.2	Manifestações do poder reformador	141
3.	As emendas à Constituição	141
3.1	Limitações explícitas	142
3.1.1	Limitações temporais	142
3.1.2	Limitações circunstanciais	142
3.1.3	Limitações formais ou procedimentais	143
3.1.3.1	Limitações quanto à iniciativa	143
3.1.3.2	Quanto ao número de turnos de votação	143
3.1.3.3	Quanto à maioria deliberativa	144
3.1.3.4	A promulgação	144
3.1.4	Limitações materiais	144



3.1.4.1	Dos direitos constantes do Título II da Constituição de 1988	146
3.1.4.2	Da proteção aos direitos fundamentais fora de catálogo.....	147
3.1.5	Outras limitações não adotadas pela Constituição brasileira de 1988.....	148
3.2	Limitações implícitas	150
4.	Revisões constitucionais.....	150
5.	Mutações constitucionais.....	154
VIII.	criação e reforma das constituições estaduais.....	157
1.	As Constituições Estaduais.....	157
2.	O poder de criação das Constituições Estaduais.....	158
3.	O poder de reforma das Constituições Estaduais	159
IX.	NORMAS CONSTITUCIONAIS	161
1.	Considerações iniciais	161
2.	Classificação das normas constitucionais	162
2.1	Quanto à forma e à matéria	162
2.1.1	Normas materialmente constitucionais	162
2.1.2	Normas formalmente constitucionais.....	163
2.1.3	Considerações de relevo.....	163
2.2	Quanto ao momento de sua edição.....	165
2.3	Quanto à eficácia jurídica.....	165
2.3.1	Classificação das normas constitucionais segundo a doutrina norte-americana.....	167
2.3.1.1	Normas auto-executáveis	167
2.3.1.2	Normas não auto-executáveis.....	168
2.3.2	Classificação proposta por José Afonso da Silva	169
2.3.2.1	Normas constitucionais de eficácia plena	169
2.3.2.2	Normas constitucionais de eficácia contida..	170
2.3.2.2.1	A possibilidade de redução de seu alcance pela ação do legislador infraconstitucional.....	170
2.3.2.2.2	A produção de plena eficácia diante da inércia do legislador infraconstitucional	171
2.3.2.3	Normas constitucionais de eficácia limitada .	171

2.3.2.3.1	Normas constitucionais de eficácia limitada de princípio institutivo ..	171
2.3.2.3.2	Normas constitucionais de eficácia limitada de princípio programático	172
2.4	Quanto a sua estrutura	173
2.4.1	A natureza normativa dos princípios	173
2.4.1.1	A fase jusnaturalista	174
2.4.1.2	A fase positivista	174
2.4.1.3	A fase pós-positivista	174
2.4.2	Distinções entre regras e princípios	175
2.4.2.1	Quanto à densidade semântico-normativa	175
2.4.2.2	Quanto à forma de aplicação	176
2.4.2.3	Quanto ao grau de fundamentalidade	178
2.4.2.4	Quanto à generalidade	179
2.4.2.5	Quanto à dimensão do peso ou da importância	180
2.4.2.5.1	O conflito de regras	181
2.4.2.5.2	A colisão de princípios e a técnica da ponderação	183
2.4.2.5.3	As contradições entre regras e princípios	185
2.4.3	Tipologia dos princípios de acordo com sua abrangência	185
2.4.3.1	Princípios fundamentais	185
2.4.3.2	Princípios constitucionais gerais	186
2.4.3.3	Princípios setoriais	187
3.	As disposições preambulares e sua natureza jurídica	188
X.	INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	191
1.	Considerações introdutórias	191
1.1	Hermenêutica e interpretação	191
1.2	A atividade interpretativa	192
2.	Peculiaridades justificantes da autonomia da hermenêutica constitucional	194
2.1	O conteúdo político das normas constitucionais	194
2.2	A abertura semântica das normas constitucionais	195

2.3	Predominância de normas de estrutura	197
3.	Postulados orientadores da interpretação constitucional	197
3.1	Postulados	197
3.2	A supremacia da Constituição	198
3.3	Unidade da Constituição	200
3.4	Concordância prática ou harmonização	200
3.5	Força normativa da Constituição	201
3.6	Máxima efetividade	201
3.7	A correção funcional.....	202
4.	Postulados aplicáveis à interpretação de normas infraconstitucionais em relação à Constituição	202
4.1	A presunção de constitucionalidade dos atos normativos do Poder Público.....	202
4.2	Interpretação conforme a Constituição	204
5.	A razoabilidade e a proporcionalidade.....	205
5.1	A razoabilidade.....	206
5.2	A proporcionalidade	208
5.2.1	O princípio da proporcionalidade.....	208
5.2.2	O postulado da proporcionalidade.....	209
5.2.3	As dimensões da proporcionalidade.....	209
5.2.3.1	A adequação dos meios	209
5.2.3.2	A necessidade.....	210
5.2.3.3	A proporcionalidade em sentido estrito.....	210
6.	O método hermenêutico clássico	210
6.1	Etapas do procedimento interpretativo.....	212
6.1.1	A interpretação gramatical.....	212
6.1.2	A interpretação sistemática	213
6.1.3	A interpretação histórica	213
6.1.4	A interpretação teleológica	214
6.2	Classificações do ato interpretativo.....	214
6.2.1	Quanto à origem.....	214
6.2.1.1	Interpretação autêntica	214
6.2.1.2	Interpretação judicial	215
6.2.1.3	Interpretação doutrinária.....	215
6.2.2	Quanto à finalidade	215
6.2.2.1	Interpretação declarativa	215

6.2.2.2	Interpretação extensiva.....	216
6.2.2.3	Interpretação restritiva	216
7.	Novos métodos de interpretação constitucional.....	217
7.1	Método tópico-problemático	217
7.2	Método hermenêutico-concretizador.....	219
7.3	Método integrativo ou científico-espiritual	220
8.	Os limites à atividade de interpretação normativa	221
XI.	APLICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIO- NAIS	225
1.	Considerações iniciais	225
2.	Aplicação e realização da Constituição.....	226
3.	Direito constitucional intertemporal	226
3.1	A sucessão de Constituições	227
3.1.1	Efeitos do advento de uma nova Constituição sobre a Constituição anterior	227
3.1.1.1	A revogação	227
3.1.1.2	A recepção material	228
3.1.1.3	A desconstitucionalização.....	228
3.1.2	Efeitos do advento de uma nova Constituição sobre as normas infraconstitucionais.....	229
3.1.2.1	A revogação	229
3.1.2.2	A recepção	229
3.1.2.3	Critérios determinadores da norma a ser recep- cionada.....	231
3.1.2.4	A recepção e a forma normativa	231
3.1.2.5	A recepção de normas inválidas	232
3.1.2.6	Recepção e novação do direito ordinário ante- riormente vigente	232
3.2	Os direitos adquiridos e as normas constitucionais	233
3.2.1	Os efeitos do advento de uma nova Constituição sobre os direitos adquiridos.....	234
3.2.2	Os direitos adquiridos e as emendas à Constituição ...	235
4.	A integração normativa	237
4.1	A integração normativa em geral	237
4.2	A integração normativa constitucional.....	238
4.2.1	As omissões legislativas	239

4.2.2	As lacunas constitucionais	239
4.2.2.1	As lacunas decorrentes de opção política	239
4.2.2.2	As lacunas decorrentes de imprevisão normativa	240
4.3	As técnicas de colmatagem de lacunas normativas constitucionais	240
4.3.1	O emprego da analogia	240
4.3.2	O costume constitucional	242
4.3.3	Os princípios gerais do direito	243
BIBLIOGRAFIA		245